

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2015
(do senhor Julio Lopes)**

Requer, na forma do art.50 §2º da Constituição Federal e Inciso I, do art. 115 do RIDC, seja encaminhado ao senhor Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informação:

Senhor Presidente,

Com fundamento no art.50, §2º da Constituição Federal e Inciso I, do art. 115, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado à Sua Excelênciia, o senhor Ministro da Fazenda, a seguinte solicitação a respeito do pagamento do benefício social do Programa Bolsa Família:

1. Em quais meses desde janeiro de 2011, a Caixa Econômica Federal teve de realizar pagamentos ao Programa Bolsa Família antes de receber o respectivo repasse do tesouro Nacional e quais os valores foram despendidos pelo Banco, mês a mês;
2. Mês a mês, desde 2011 em quais datas o tesouro Nacional fez o repasse dos recursos destinados ao Bolsa Família, com atraso, à caixa Econômica Federal;
3. Mês a mês, desde 2011, em quais períodos a Caixa Econômica Federal teve de realizar pagamento da Previdência Social antes de receber o respectivo repasse do Tesouro e quais os valores desprendidos pelo banco;
4. A cópia do Contrato da Caixa Econômica Federal firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social para pagamento do Bolsa Família;

Justificação

É notório que nos últimos quatro anos as contas públicas passaram por um processo de desorganização de gastos públicos além da capacidade. Em uma segunda fase, o Tesouro Nacional utilizou-se de instrumentos contábeis para mitigar déficits. Um dos notórios casos de descontrole das contas públicas reside entre Tesouro, Caixa Econômica e pagamento de benefícios e precatórios.

Sabe-se que a Caixa Econômica Federal pagou despesas do governo usando o seu próprio fluxo financeiro, recebendo a posteriori do Tesouro Nacional, numa espécie de empréstimo às avessas, e esta não seria a forma mais correta de gestão, visto não ter cabimento que o Tesouro Nacional recorra a “empréstimos” bancários.

Pelas razões expostas é de fundamental importância que a Caixa Econômica Federal esclareça as dúvidas suscitadas.

Para tanto rogo aos nobres pares para que a Mesa Diretora desta Casa que encaminhe o presente Requerimento de Informação.

Sala da Comissão, em março de 2015.

Deputado JULIO LOPES

PP-RJ